

Mercado de Trabalho em Turismo: Um estudo com Discentes de Instituições de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro

Autoria

Flora Thamiris Rodrigues Bittencourt - flora_thamiris@hotmail.com

Renan Ribeiro da Silva - renanribeiro@unigranrio.br

Prog. de Pós-Grad. em Admin/Esc. de Ciências Sociais Aplicadas - PPGA/ECSA / UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio

deborah moraes zouain - deborahzouain@gmail.com

Prog. de Pós-Grad. em Admin/Esc. de Ciências Sociais Aplicadas - PPGA/ECSA / UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio

Resumo

O objetivo geral do estudo foi analisar as expectativas dos alunos dos cursos de Turismo das faculdades públicas do Rio de Janeiro sobre os estágios realizados, de modo a estabelecer uma relação entre o estágio e a formação superior em Turismo dos universitários. Como procedimentos metodológicos, foi feita uma pesquisa quantitativa com 113 graduandos de faculdades Estaduais e Federais, além dos Institutos Federais, de Turismo do estado do Rio de Janeiro que estavam fazendo estágio ou já haviam finalizado. A coleta de dados foi feita por meio do preenchimento de formulário do Google Forms. Os resultados mais relevantes foram: a principal motivação para realizar o estágio é adquirir aprendizado e qualificar-se profissionalmente e a prática de atividades extracurriculares contribui para o ingresso no estágio. Como requisito indispensável para a realização dessa atividade, destaca-se o perfil de ser dinâmico e proativo. Nesse ambiente de qualificação, é possível a interação com diversos profissionais, além disso, há a troca de conhecimentos e experiência, além de ampliar a visão de mercado de trabalho. Para futuros estudos, sugere-se que seja feita uma pesquisa com as empresas para entender as expectativas delas em relação ao estagiário, e quais capacidades e competências técnicas são mais relevantes atualmente.

Mercado de Trabalho em Turismo: Um estudo com Discentes de Instituições de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro

Resumo

O objetivo geral do estudo foi analisar as expectativas dos alunos dos cursos de Turismo das faculdades públicas do Rio de Janeiro sobre os estágios realizados, de modo a estabelecer uma relação entre o estágio e a formação superior em Turismo dos universitários. Como procedimentos metodológicos, foi feita uma pesquisa quantitativa com 113 graduandos de faculdades Estaduais e Federais, além dos Institutos Federais, de Turismo do estado do Rio de Janeiro que estavam fazendo estágio ou já haviam finalizado. A coleta de dados foi feita por meio do preenchimento de formulário do Google *Forms*. Os resultados mais relevantes foram: a principal motivação para realizar o estágio é adquirir aprendizado e qualificar-se profissionalmente e a prática de atividades extracurriculares contribui para o ingresso no estágio. Como requisito indispensável para a realização dessa atividade, destaca-se o perfil de ser dinâmico e proativo. Nesse ambiente de qualificação, é possível a interação com diversos profissionais, além disso, há a troca de conhecimentos e experiência, além de ampliar a visão de mercado de trabalho. Para futuros estudos, sugere-se que seja feita uma pesquisa com as empresas para entender as expectativas delas em relação ao estagiário, e quais capacidades e competências técnicas são mais relevantes atualmente.

Palavras-chave: Instituições de ensino Superior; Formação superior em Turismo; Mercado de trabalho; Estágios.

1. Introdução

No Brasil, Ansarah (2002) observa que a evolução do mercado de trabalho no Turismo tem relação com a demanda nacional e internacional de turistas. O crescimento do setor traz consigo a necessidade de capacitação profissional e agregação de valor às empresas. Todas as profissões, não somente as que estão ligadas ao Turismo, como condição de empregabilidade e êxito no mundo dos negócios, estão exigindo de seus profissionais autonomia intelectual, maior capacidade de raciocínio, senso crítico, atitudes inovadoras e empreendedoras, além de aptidão para prever cenários e sanar problemas (Fornari, 2006; Silveira, Medaglia, & Nakatani, 2020).

O serviço turístico não pode, em hipótese alguma, ser realizado por profissionais sem qualificação adequada ou de forma mecanizada. Hierarquicamente, até mesmo para os profissionais com nível inferior, é pedido que tenham uma educação e qualificação elevada (Pimentel, 2016).

Nesse sentido, por meio das particularidades dos serviços turísticos e hoteleiros, a relevância da gestão de pessoas se torna ainda mais clara neste setor; logo, a percepção da capacidade de um atendimento qualificado é evidente (Lima & Barreto, 2016; Rosa et al., 2016). Logo, a educação e a qualificação dos trabalhadores geram uma melhoria no desenvolvimento do fenômeno turístico no país, sendo possível observar que tal aumento no nível de qualificação do capital humano é, de fato, superior (Pimentel, 2016).

O primeiro contato que os alunos têm com o mercado de trabalho dentro de sua área de estudo é por meio das atividades de estágio, o qual possibilita o contato do estudante com a prática. Embora o estágio seja de grande importância para a aplicação do conhecimento adquirido em sala de aula, há uma grande dificuldade para que a prática e a teoria se completem no ambiente empresarial (Carrão & Montebelo, 2009). Diante disso, a

universidade também faz parte da formação qualificada, no sentido de “[...]preparar o aluno para o exercício profissional, criando condições para integrá-lo, sem maiores dificuldades, ao mercado de trabalho” (Albuquerque & Silva, 2006, p. 1).

Entretanto, como obstáculos enfrentados pelos estudantes de Turismo, Csordas (2009) destaca a essência de base educacional, que é fortemente relacionada a um campo inter/multidisciplinar e exige que o profissional procure meios de agregar à sua formação conhecimentos de diferentes áreas e ciências. É dessa forma que o aluno irá estagiar, buscando fortalecer a visão de teoria e prática.

Segundo Bissoli (2002), o estágio é o elemento fundamental que transpassará todo o currículo dos cursos de turismo, do primeiro ao último período, possibilitando a formação do aluno e o redimensionamento das propostas do projeto pedagógico do curso. Existem três tipos de estágios segundo as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Graduação de Turismo – MEC/Sesu: os integradores, os de pesquisa e os profissionais supervisionados (Bissoli, 2002).

Esses tipos de programas representam uma chance que as empresas possuem de verificar e reter pessoal para dentro do ambiente laboral. A sua relevância e seus benefícios são recíprocos, tanto para o universitário, quanto para a empresa (Peloso & Vonemoto, 2010).

Contudo, Peloso e Yonemoto (2010) apontam que os estagiários são tratados, na maioria das vezes, como substitutos de mão de obra, uma vez que as empresas os contratam não para dar oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, mas como um método de redução de custos, posto que demandam menores encargos trabalhistas.

Além disso, adversidades que acontecem na graduação e no setor de Turismo são decorrentes do desequilíbrio entre as matrizes curriculares ofertadas pelas universidades e a real necessidade imposta no mercado de trabalho relacionada à área. Todos esses desencontros, ocasionados pela desigualdade sofrida entre os programas de educação e as condições específicas exigidas pelas empresas de Turismo, interferem e influenciam as escolhas do profissional de Turismo, o que afeta o desempenho da carreira nesse setor (Silva, Montezano, & Almeida, 2020).

Logo, a importância desse tema se dá em razão de o estágio ser “[...]um dos principais mecanismos que sustentam uma reflexão sobre a eficácia dos programas curriculares, de modo a influenciar a lei e toda a base estruturante dos cursos de graduação” (Michels et al., 2014, p. 3).

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as expectativas dos alunos dos cursos de Turismo das faculdades públicas do Rio de Janeiro sobre os estágios, relacionando essa experiência com a formação superior em Turismo desses universitários. Além disso, justifica-se esse estudo pois, nos dias de hoje, uma das questões mais desafiadoras para a educação superior se reporta à perspectiva que se obtém de uma educação com respostas para as mais diversas aptidões profissionais desejadas de uma maneira global. Entretanto, é sabido que, atualmente, o estudante, outrora profissional, também tem parte fundamental no que concerne à sua entrada no mercado de trabalho, pois as organizações que estão por vir irão buscar profissionais com uma quantidade diferenciada de capacitações, que combinem, preferencialmente, experiências técnicas com inteligência psicológica e social (LinkedIn & WGSN, 2018; Vicentim, 2020).

Portanto, procurar criar novas competências, habilidades e atitudes também é essencial para o profissional que almeja se aventurar no novo setor do Turismo (Vicentim, 2020). Por

essa razão, é necessário falar sobre a formação profissional em relação às demandas do mercado de trabalho.

2. Revisão de Literatura

2.1 Formação superior em Turismo

O percurso histórico do ensino superior de Turismo no Brasil iniciou-se em 1971, com a criação do primeiro curso de bacharelado da área na Faculdade de Turismo do Morumbi (atualmente Universidade Anhembi Morumbi), no estado de São Paulo (Ansarah & Rejowski, 1996; Barretto, 1996, 2000).

No Brasil, os cursos de Turismo podem ser divididos em quatro fases em sua história de cinquenta anos. A primeira fase, na década de 1970, é configurada pelo surgimento dos primeiros cursos; a segunda, na década de 1980, foi caracterizada pela paralização do crescimento do número dos cursos em consequência da crise econômica no país; a terceira, nos anos de 1990, pela grande elevação e aumento dessa graduação, principalmente devido à expansão da oferta em instituições de ensino superior particulares, em razão da Política Nacional de Educação, que estimulava o ensino superior e a criação de novos cursos; e a quarta e última fase, a partir dos anos 2000, caracteriza-se pela estabilidade entre qualidade e quantidade da oferta da graduação em Turismo (Ansarah, 2002; Matias, 2002; Lima & Rejowski, 2011; Silveira, Medaglia, & Gândara, 2012; Rosa et al., 2016; Silveira, Medaglia, & Nakatani, 2020).

De acordo com Ruschmann (2002), o alto crescimento dos cursos na área está ligado ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado pelo governo federal, em 1994, que fomentou o desenvolvimento do setor a partir da esfera municipal, frisando que o mercado turístico necessita de pessoas qualificadas. Mota e Anjos (2012) concedem à criação do Ministério do Turismo (MTUR), em 2003, o acelerado avanço da oferta dos cursos de Turismo devido a uma perspectiva de mercado e da legalidade de se poder criar cursos para que o país se desenvolvesse socioeconomicamente.

Conforme Sogayar e Rejowski (2011), o crescimento dos cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES) está relacionado à possível demanda do Turismo, que era um mercado em potencial e que, em relação ao retorno que estes poderiam trazer para as faculdades, precisariam de investimentos bem menores que aqueles cursos que tratam da formação na área de saúde, por exemplo. Do mesmo modo, Silveira et al. (2012) ponderam que a expansão de cursos de Turismo também acompanhou o caminho de outros, tais como Administração e Direito, que necessitavam pouca estrutura física de laboratórios. Por esses motivos, as IESs privadas se interessaram por tais graduações, a fim de estabelecer um crescimento dentro das possibilidades abertas pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996).

Já a redução, de fato, dos cursos em IESs particulares e públicas aconteceu apenas após a segunda metade dos anos 2000, que foi quando iniciou-se uma redução da quantidade de alunos de Turismo e houve alguns fechamentos dessa graduação em IESs privadas, mostrando alguns problemas, tal como sua não sobrevivência ou um tipo de conformismo do mercado (Carvalho, 2008).

Esse breve histórico apresentou algumas das transformações que o ensino em Turismo no Brasil atravessou desde a criação do primeiro curso no país. Em todo seu trajeto, essa formação superior no Brasil tem como característica dois aspectos diferentes em sua estrutura curricular: um enfoque de mercado focado no treinamento e na capacitação, para atender às necessidades do mercado; e o segundo que oferece um direcionamento maior à teoria, focando principalmente na pesquisa e no estudo do fenômeno turístico e suas conexões (Sogayar & Rejowski, 2011; Oganauskas, Gomes, & Andrukiu, 2012).

Aranha e Rocha (2014) fazem uma crítica ao ensino e a grade dos cursos de Turismo:

Há uma infinidade de atribuições que compete ao profissional de turismo. Mas ao mesmo tempo nos perguntamos: essa pessoa está realmente preparada para desenvolver todas essas funções? O ensino dá subsídios para que isso aconteça na prática? Porque a impressão que se tem é que o sujeito quando se forma em turismo, tem visão de toda essa totalidade citada, mas de forma superficial, e a própria grade curricular pode afirmar isso. São inúmeras disciplinas, às vezes, algumas bem parecidas, que poderiam para ser ministradas como sendo uma única matéria. (p. 72)

Ansarah (2002) desenvolveu a presente classificação para comprovar a diversidade de estabelecimentos, setores, ações e atribuições nas quais o profissional de Turismo pode inserir-se: a) Hospedagem; b) Transporte; c) Agenciamento; d) Alimentação; e) Lazer; f) Eventos; g) Hospitalidade; h) Órgãos oficiais; i) Consultoria; j) Marketing e vendas turísticas; l) Magistério; m) Publicações; n) Especialização em mercado segmentado; o) Pesquisa; p) Outros ramos de conhecimento humano.

Contudo, por mais que existam diversas opções de atuação para esses profissionais, ainda há barreiras de inserção no mercado de trabalho. Isso acarreta desmotivação e, até mesmo, a busca por novas áreas.

Silva, Holanda e Leal (2018) indicam que as habilidades adquiridas na graduação respondem somente algumas das características impostas pelo setor turístico, reproduzindo um baixo número de vagas de emprego na área. Esse déficit, segundo os autores, pode ser notado também, por exemplo, por culpa de administradores de redes hoteleira que não reconhecem o valor da formação superior em Turismo. Dessa maneira, acaba ocorrendo um impasse entre a qualificação adquirida nas universidades e a qualificação exigida pelas empresas.

Em relação às dificuldades do mercado de trabalho, Aranha e Rocha (2014) expõem que:

Profissionais de turismo encontram dificuldades em conseguir emprego, e quando alcançam essa possibilidade geralmente se submetem a baixos salários e a desenvolver certas funções que qualquer indivíduo com certo grau de instrução poderia realizar, sem necessariamente precisar concluir a graduação em turismo para tal. (p. 69)

Silva, Holanda e Leal (2018, p. 511) ponderam que o mercado de trabalho no setor de turismo pode ser identificado pela “[...]sazonalidade, baixa qualificação, baixa remuneração, elevada jornada de trabalho, alta rotatividade [...]”. Para os autores, há elevada oferta de

empregos no nível operacional e demasiada desvalorização do turismólogo que possui formação superior.

As principais competências para o profissional que atuará na área, segundo proposta das Diretrizes Curriculares para o Ensino de Graduação de Turismo – MEC/Sesu, abrangem dois aspectos teóricos e práticos (Bissoli, 2002). Com relação aos aspectos teóricos, estima-se que as diversas correntes do pensamento turístico estejam presentes na sua formação, possibilitando uma reflexão sobre o fenômeno. A perspectiva teórica deve proporcionar um embasamento no sentido de levar o profissional a refletir sobre o setor, tanto nas questões de planejamento e gerenciamento como de produção, distribuição e comercialização. “Como o turismo é uma área de conhecimento em evolução caberá aos estudiosos auxiliar, nesta tarefa, com pesquisas e reflexões sobre o fenômeno” (Bissoli, 2002, p. 23).

Sobre os aspectos práticos, presume-se que, por meio de treinamento em laboratórios, empresas juniores, visitas técnicas, viagens e estágios supervisionados, os estudantes possam ser capazes de incorporar na prática os conhecimentos adquiridos em seu meio acadêmico, ou seja, seu curso de formação (Bissoli, 2002).

Existem vários setores de atuação para trabalho, como os órgãos oficiais de turismo, setores de recreação e lazer programados, além de atividades privadas, como agências de viagens e turismo, hotelaria, centros de informações e pesquisa turísticas etc. (Ansarah, 2002). Porém, na maioria das vezes, essas atividades se apresentam mais como ocupações do que como atividades profissionais, ocasionando a desapropriação profissional. Com isso, há uma desorganização entre a educação profissional superior em turismo e o aproveitamento pelo mercado de trabalho (Pimentel & De Paula, 2014).

2.2 Lei do Estagiário

As primeiras legislações que normatizam a atividade de estágio no Brasil são da década de 1940, sendo o Decreto nº 4.073 (Brasil, 1942), que regulamenta estágios ligados exclusivamente ao ensino industrial em instituições de ensino médio, a primeira legislação que tratou diretamente dessa atividade na época. Posteriormente, na década de 1960, foi sancionada a Portaria nº 1.002 (Brasil, 1967), que padronizou o estágio em faculdades e escolas técnicas. Entretanto, a principal legislação foi a Lei nº 6.494 (Brasil, 1977), que foi regulamentada pelo Decreto nº 87.497 (Brasil, 1982).

A legislação supracitada foi atualizada somente em 2008, por meio da Lei nº 11.788 (Brasil, 2008), conhecida como a Nova Lei do Estagiário, que trouxe avanços consideráveis na regulamentação dessa atividade no Brasil. De acordo com a referida Lei, estágio é definido como:

O ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Brasil, 2008)

Assim, há dois tipos de estágio: obrigatórios e não obrigatórios. Enquanto a primeira modalidade é de determinação curricular, a segunda é desenvolvida como atividade facultativa, acrescida de carga horária regular e remuneração obrigatória.

Entre as principais novidades estão: (1) Direito a recesso remunerado, após um ano de contrato; (2) Carga horária máxima de trinta horas semanais; (3) Redução de carga horária do estágio em período de provas; (4) Limite máximo de dez estagiários por supervisor; e uma das principais novidades foi a obrigatoriedade da participação da instituição de ensino na assinatura do contrato de estágio, com a finalidade de promover um acompanhamento pedagógico maior, sendo a legislação muito severa nesse ponto. O artigo 7º da Lei nº 11.788 (Brasil, 2008) estabelece as seguintes obrigações das Instituições de ensino:

Art. 7º são obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas. (Brasil, 2008)

De acordo com Bissoli (2002), com relação aos objetivos do estágio:

Objetivo geral: Consolidar, pela observação e prática exercidas no local de trabalho, os conhecimentos adquiridos no curso.

Objetivos específicos: Proporcionar vivência da realidade profissional e familiarização com o futuro ambiente de trabalho; estabelecer integração efetiva entre a universidade e a empresa, contribuindo para a atualização e o aprimoramento do currículo escolar; Articular ensino-pesquisa e projetos de extensão; possibilitar a revisão contínua dos objetivos do curso de Turismo. (p. 16)

De acordo com Delgado (2015), é fundamental aferir se o estágio está sendo cumprindo seus objetivos legais de forma eficaz, permitindo ganhos educacionais e profissionais ao estudante. Deste modo, as faculdades, escolas técnicas e demais instituições de ensino, além de desenvolver as atividades previstas em lei, devem preparar os alunos para o mercado de trabalho, representado pelo estágio, sendo fundamental o alinhamento entre as disciplinas cursadas pelo aluno e as atividades desenvolvidas na prática.

3. Metodologia

Para desenvolvimento do estudo, foi realizada a pesquisa quantitativa, do tipo *survey*, com coleta de dados primários online. A pesquisa foi feita com estagiários dos cursos de Turismo das faculdades públicas do Rio de Janeiro, mediante o preenchimento de formulários gerados pelo aplicativo de gerenciamento de pesquisas criado pelo Google, o *Google Forms*. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), essa metodologia possibilita investigar as características de uma determinada população pela coleta de dados de uma amostra da população e estimar suas características por meio do uso sistemático da metodologia estatística.

Quanto às questões da amostragem, Watt (1997) chama a atenção quanto a autosseleção dos entrevistados, situação que ocorre quando qualquer pessoa com acesso à internet pode preencher o questionário. Para Watt (1997), a taxa de conclusão de uma pesquisa com esse tipo de seleção amostral é baixa em relação aos métodos de seleção tradicionais.

Lakatos e Marconi (2003) apontam que os métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes, entre outros, de um universo (público-alvo) por meio de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada.

No que se refere à elaboração e validação do instrumento de pesquisa, na etapa da pesquisa quantitativa, foram realizadas as seguintes atividades: planejamento da pesquisa; elaboração, teste e validação do instrumento de coleta de dados; execução da coleta de dados; cálculo amostral para a pesquisa quantitativa; análise dos dados.

Para a averiguação do nível de resposta proposta, das falhas na organização das perguntas e possíveis dúvidas geradas ao tema proposto da pesquisa, foi realizado um pré-teste com alguns respondentes. Assim, identificaram-se algumas falhas e necessidades de ajustes que foram apontados no pré-teste.

A elaboração do instrumento, o questionário, e da pesquisa quantitativa, leva em conta a inserção de perguntas previamente definidas juntamente com os *stakeholders* identificados como importantes para desenvolvimento do estudo (Lakatos & Marconi, 2003; Barbeta, 2004). Portanto, o questionário aplicado foi estruturado em três blocos com total de trinta e três perguntas relacionadas à formação acadêmica do discente e o mercado de trabalho em que esteve ou está inserido.

O primeiro se destinou ao perfil do estagiário e continha perguntas relacionadas às informações acadêmicas do discente e envolviam a IES que estudavam, período, motivo de escolha do curso, atividade extracurriculares, além de dados sociodemográficos. O segundo bloco apresentava perguntas com as principais características do estágio realizado, tais como remuneração, horas de trabalho, tipo de estágio, área de atuação. O terceiro bloco se referia às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional; neste, o aluno avaliava, com base na escala de concordância apresentada, os métodos de ensino-aprendizagem do curso com o cargo.

A natureza da pesquisa, como já explicado anteriormente, é quantitativa e o tipo de corte escolhido foi transversal (Creswell, 2010; Bryman & Bell, 2011), com uma amostra

probabilística da população de interesse (Hair et al., 2018). Para realização da coleta de dados, foi realizado um mapeamento dos cursos de Turismo que oferecem título de bacharelado, tecnólogo e licenciatura no estado do Rio de Janeiro para estipular o que será pesquisado, bem como o dimensionamento da amostra. Para um universo estimado de 1200 estudantes de Turismo na cidade do Rio de Janeiro, considerando seis faculdades que ofertam tais cursos, coletou-se um total de 169 questionários respondidos. Porém, 113 foram validados. Tem-se, então, um erro amostral de 9%, com nível de confiança de 95%.

A coleta de dados foi feita por meio do preenchimento de formulário gerado pelo *Google Forms*. O *e-survey* foi disseminado mediante a divulgação do link de pesquisa em comunidades das Faculdades de Turismo do Rio de Janeiro, via *Facebook*, *Instagram* e outras mídias sociais. Além disso, também foi enviado o link do questionário para alguns professores e coordenadores que lecionam em faculdades de Turismo no estado do Rio de Janeiro, para que pudessem divulgar aos seus alunos. O questionário foi disponibilizado de 21 de fevereiro a 31 de março de 2019. O tempo médio de resposta para concluir o questionário preenchido era de 10 a 15 minutos. Uma vez que as respostas foram obtidas via internet, de forma espontânea, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) estava implícito.

Vale ressaltar que o questionário se destinou a todos aqueles que realizam ou realizaram estágio obrigatório ou não obrigatório no setor de Turismo. Desse modo, para aqueles que não estavam estagiando no momento, foi considerada a última experiência de estágio do respondente. É importante destacar que quem nunca tinha estagiado não poderia responder, uma vez que não se classificava no perfil da pesquisa, assim como quem já havia finalizado o curso.

Ao término do período da coleta dos dados da pesquisa quantitativa, foi realizado o processamento eletrônico dos dados coletados. Dessa forma, 113 respostas obtidas foram coletadas de forma organizada e automática pelo *Google Forms*.

Para avaliação dos dados alcançados, após a coleta, foram realizadas análises exploratórias e descritivas, a partir da apuração de frequências simples e cruzadas, tanto em termos absolutos, quanto em termos percentuais, por meio de planilha gerada pelo software Excel para organização e execução da análise de dados. Assim, na próxima seção, serão apresentados os resultados e a análise da pesquisa.

4. Resultados e Análise da pesquisa

4.1 Perfil dos respondentes

De acordo com Carrão e Montebelo (2009), a primeira entrada que os alunos têm com o mercado de trabalho, dentro de sua área de estudo, é por meio das atividades de estágio. Essa experiência possibilita o contato do estudante com a prática. Nesse sentido, primeiramente, é necessário que se entenda qual o perfil dos respondentes dessa pesquisa, que teve como participantes 113 estudantes, todos de Instituição de Ensino Superior Públicas, sendo que 77 respondentes são oriundos do curso de Bacharelado em Turismo, 21 do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo e 15 do curso de Licenciatura em Turismo. A maioria dos respondentes é do gênero feminino, com 86 estudantes (76%), e 26 do gênero masculino (23%), enquanto 1 autodeclarou-se agênero (1%).

A faixa etária predominante é dos 18 aos 24 anos, com 70 respondentes (62%), sendo condizente com o esperado. Em pesquisas, tal como a realizada por Bilert e Biscoli (2011), o perfil dos discentes do curso de Secretariado Executivo se assemelha a esses resultados, assim como em pesquisa de Borges e Carnielli (2005), que divulgaram seus resultados no artigo intitulado *Educação e estratificação social no acesso à universidade pública*.

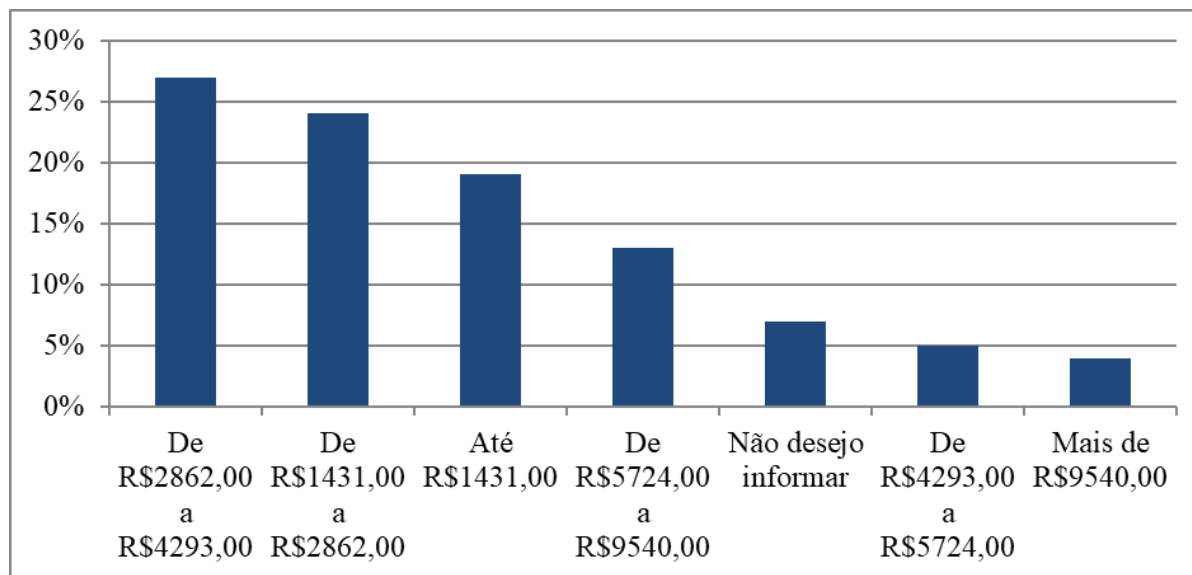
A IES com maior número de respondentes foi a UFF (29%), seguida pela UFRRJ (22%) e Cefet-RJ (20%). Para os respondentes, a principal razão para a escolha de sua respectiva IES foi, em primeiro lugar, para 65% universitários, a qualidade e reputação. Dessa forma, de acordo com Zabalza (2015), é por meio do estágio que se propõe estabelecer uma complementação dos estudos desenvolvidos na academia com o ambiente de trabalho. Além do mais, ressalta-se que os respondentes da pesquisa estavam realizando ou tinham realizado estágios profissionais supervisionados, segundo os vigentes parâmetros da Nova Lei do estagiário (Brasil, 2008) que, conforme Bissoli (2002) explica, há três tipos de estágios, segundo as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Graduação de Turismo – MEC/Sesu: i) integradores; ii) de pesquisa; e iii) profissionais supervisionados, que foi a que esta pesquisa se restringiu.

O principal motivo para escolher o curso de Turismo foi a Vocação (37%), seguido pela inserção no mercado de trabalho (27%) e baixa concorrência para ingresso (18%). E para 69% dos respondentes, esse curso foi a primeira opção no vestibular.

Uma análise do período dos estudantes respondentes demonstra que 44,2% cursavam o oitavo período, 16,8% o sétimo período, 17,7% o sexto período e 14,2% o quinto período, o que demonstra que 92,9% dos respondentes estão compreendidos entre a faixa do quinto ao oitavo período, possibilitando a formação do aluno e o redimensionamento das propostas do projeto pedagógico do curso (Bissoli, 2002). Não houve nenhum respondente do primeiro e segundo período e apenas 4,4% eram do terceiro período e 2,7% do quarto período.

Quanto à renda total familiar, de acordo com a Figura 1, foi constatado que a quantidade predominante se encontrava entre R\$ 2.862,00 a R\$ 4.293,00, com 27% dos respondentes. Do total de respondentes, 24% se encontrava na faixa de renda entre R\$ 1.431,00 a R\$ 2.862,00, enquanto 13% estava entre R\$ 5.724,00 a R\$ 9.540,00.

Figura 1 - Perfil da renda familiar dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No que se refere à situação financeira dos discentes, a maioria afirma ter renda (39,8%) e receber ajuda de familiares ou outras pessoas para financiar os gastos, enquanto 22,1% afirma não ter qualquer renda e serem financiados pela família ou outras pessoas. Há ainda os que têm renda e não precisam de ajuda financeira (21%) e aqueles que têm renda e contribuem com o sustento da família. Um outro dado importante é que 2,7% não tem qualquer renda e tem seus gastos financiados por programas governamentais, e que 1,8% são responsáveis pelo sustento da família.

Em relação ao recebimento de bolsa de estudos ou financiamento do curso, 95,6% dos respondentes afirmaram não ter recebido, pois o curso é gratuito. Apenas 4,4% receberam algum tipo de bolsa, tais como o Prouni e/ou bolsa oferecida pelo governo estadual, distrital ou municipal.

Nesse contexto, foi pesquisado quantos ingressaram pela lei de cotas, e a grande maioria respondeu que não (74,35%), enquanto apenas 21,2% dos alunos ingressaram na faculdade pela lei de cotas para rede pública de ensino e 3,5% na cota para negros.

Em relação ao estágio, 68% dos entrevistados afirmaram que estavam realizando pela primeira vez, enquanto 17% estavam realizando pela segunda vez e 11% pela terceira vez. A maioria cumpria uma carga horária de 4h até 6h por dia (76,1%), enquanto 15,9% o faziam até 4h diárias e 8% por mais de 6h por dia.

Quanto à forma que se conquistou a vaga de estágio, a maioria (33%) conseguiu por meio de indicação de amigos/parentes, enquanto 20% conseguiram por meio de agências de integração e 12% por meio de programa interno da IES.

Os estágios eram remunerados para 77% dos respondentes, que obtiveram bolsas entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00 para 27,4% dos participantes; entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00 para 16,8%; e de R\$ 800,00 até R\$ 1.000,00 para 22,1%. Apenas 5,3% recebiam bolsa acima de R\$ 1.000,00 e o mesmo número (5,3%) até R\$ 400,00.

Por fim, para a maioria, 81,4% dos respondentes, as atividades desenvolvidas no estágio estavam de acordo com as descritas no Termo de Compromisso de Estágio. Logo, tal resultado corrobora com o desempenho das IES na ação de zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, posto que é uma das obrigações das IES que ocorra a execução da atividade de estágio. Ao final, quanto à duração, 55,7% responderam que ficaram até 6 meses no mesmo local; 26,5% entre 6 meses e 1 ano; e 17,8% estagiaram de 1 a 2 anos, tendo em vista que 48 meses é o limite máximo permitido, segundo a Nova Lei do Estagiário (Brasil, 2008).

4.2 Principais achados de pesquisa

Segundo Silveira, Medaglia e Nakatani (2020), todas as profissões, não somente as que estão ligadas ao Turismo, estão exigindo de seus profissionais autonomia intelectual, maior capacidade de raciocínio, senso crítico, atitudes inovadoras e empreendedoras, além de aptidão para prever cenários e sanar problemas, como condição de empregabilidade e desempenho no mundo dos negócios. Isso pôde ser observado nos principais resultados obtidos na pesquisa, uma vez que a maioria dos respondentes destacou que a principal motivação para realizar o estágio foi adquirir aprendizado e qualificar-se profissionalmente

(52,2%), enquanto 24,8% afirmou que a experiência prática era a sua principal motivação e 11,5% disse que o salário e os benefícios eram o que lhes motivava.

Então, percebe-se que a maioria considera o estágio uma forma de se qualificar para o mercado de trabalho, assim, a orientação durante o exercício é fundamental para que essa motivação seja alcançada, pois a supervisão alinha as atividades desenvolvidas com as disciplinas do curso. Entretanto, os resultados não foram positivos, visto que 47,8% declararam que não obtiveram orientação suficiente e 22,1% afirmaram que isso ocorreu apenas em algumas situações e apenas 18,6% afirmaram que obtiveram orientação durante todo o tempo. Essas informações não vão de encontro com as obrigações que as IES possuem de promover um maior acompanhamento pedagógico, segundo a lei do estagiário vigente (Brasil, 2008).

Também houve o questionamento se atividades extracurriculares contribuíram para o ingresso no estágio, sendo possível identificar mais de uma atividade. Conforme Pimentel (2016), a atividade turística não pode, em hipótese alguma, ser realizada por profissionais sem qualificação adequada ou de forma mecanizada. Hierarquicamente, até mesmo para os profissionais com nível inferior, é requisitado e é relevante que tenham uma educação e qualificação elevada. Logo, os resultados das práticas mais citadas foram os seguintes: curso de idiomas (48%); cursos de capacitação pessoal e profissional (27%); participação em eventos científicos (19%); trabalho voluntário (13%); e intercâmbio para fora do país (11%). No entanto, um percentual significativo de respondentes (16%) afirmou não ter realizado nenhuma atividade extracurricular.

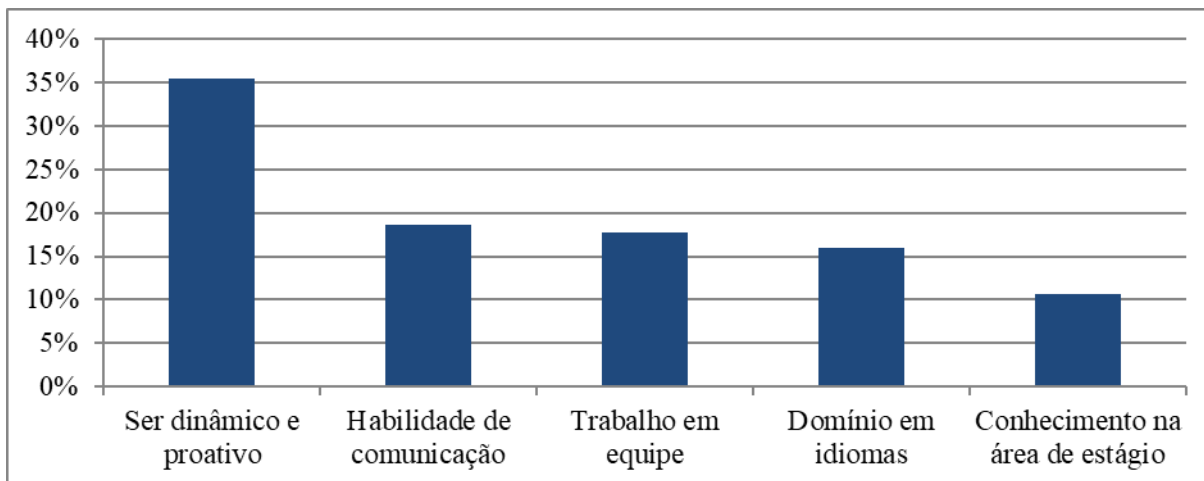
Em relação às experiências acadêmicas obtidas fora do país, outro achado da pesquisa demonstra que 39,8% não se envolveram em programas e/ou atividades extracurriculares no exterior, embora 46,9% afirmou que gostariam de ter participado. Apenas 3,5% participaram do programa de intercâmbio financiado pelo governo federal e 5,3% realizaram um intercâmbio não institucional. Um outro resultado relevante se refere à oportunidade de aprendizado de um idioma estrangeiro que, segundo 31% dos estudantes, não foi disponibilizado para os discentes.

Uma outra questão que foi colocada se referia ao requisito indispensável para a realização do estágio. Contudo, verifica-se que com os dados obtidos que essas características perpassam qualquer profissão e atualmente a necessidade de capacitação profissional e agregação de valor às empresas é fundamental (Fornari, 2006).

De acordo com o relatório do LinkedIn e WGSN (2018), verifica-se que atualmente o estudante, outrora profissional, também tem parte fundamental no que concerne sua entrada no mercado de trabalho, pois as organizações que estão irão buscar profissionais com uma quantidade diferenciada de capacitações, que combinam experiências técnicas com inteligência psicológica e social.

Portanto, na opinião de 35,4% dos respondentes, ser dinâmico e proativo são características consideradas fundamentais. Em segundo lugar, o requisito indispensável para 18,6% é a habilidade de comunicação. E, em terceiro lugar, para 17,7%, o trabalho em equipe. O domínio de idiomas ficou em quarto lugar, com 15,9%, enquanto o conhecimento na área que atuava foi marcado como indispensável para apenas 10,6%. Isso mostra que os alunos em geral não enxergam o conhecimento da área como atributo fundamental para o exercício da função. A Figura 2 apresenta os requisitos primordiais mencionados pelos estagiários.

Figura 2 - Requisito indispensável para a realização do estágio



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ademais, procurar criar novas competências, habilidades e atitudes também é essencial para o profissional que almeja se aventurar no novo setor do Turismo (Vicentim, 2020). Em seguida, foi realizada a pergunta se o estagiário aplicava ou aplicou na prática os conhecimentos aprendidos e 60,2% responderam positivamente, o que demonstra que em certo ponto, os alunos consideram que algumas disciplinas estão alinhadas com o programa de estágio. Em seguida, foi questionado quais as matérias consideradas mais relevantes. Entre as respostas válidas, a mais significativa foi o conteúdo de Agenciamento, com 28%, seguida de Gestão de Empreendimentos Turísticos (7%) e Hospitalidade (6%). Além disso, 41 % dos respondentes não nomeou nenhum ponto, deixando o item vazio. A importância do programa de Agenciamento deve-se ao fato de possuir um caráter mais profissional e mercadológico, além do setor de agenciamento ser um dos que mais ofertam vagas de estágio no mercado. Logo, o aluno consegue aplicar no dia a dia de trabalho o conhecimento adquirido ao longo do curso.

Quando perguntados sobre as atividades desenvolvidas na empresa, 50,4% responderam que estavam de acordo com o semestre que estavam cursando. Ou seja, metade dos respondentes considera que não acompanham as disciplinas cursadas, o que pode apontar um desequilíbrio entre os conteúdos e as práticas desenvolvidas na função. Em complemento a esse resultado, vale destacar que 77,9 % dos respondentes afirmam que o estágio atende às suas expectativas, desse modo, ao analisar concomitantemente essas informações, percebe-se que há oportunidades de melhoria na grade curricular, já que, em geral, as atividades desenvolvidas são bem avaliadas.

Ratificando a afirmação supracitada, o questionário apontou que o ambiente de estágio possibilitou a interação com diversos profissionais e a troca de conhecimentos e experiências (81,4%), além de ampliar a visão do mercado de trabalho (87,6%). Isso demonstra a importância acadêmica do estágio na jornada profissional dos alunos do curso de Turismo.

Em resumo, segundo os participantes da pesquisa, quando perguntados acerca da área de atuação em que há maior oferta de estágios, a que mais se destaca é a Hotelaria (66,4%), seguido pelo setor de Agência de Viagem (9,7%) e Atrativos Turísticos Culturais (5,3%). No

entanto, a Hotelaria não está entre as três mais citadas quando se pergunta sobre que área de atuação no setor de Turismo o aluno gostaria de ter estagiado ou poderia estagiar. Silva, Holanda e Leal (2018) analisam que existe elevada oferta de empregos no nível operacional e demasiada desvalorização do turismólogo que possui formação superior. Para os autores, esse é o impasse que acontece no setor hoteleiro. Silva, Montezano e Almeida (2020) acrescentam que as adversidades que acontecem na graduação e no setor de Turismo são decorrentes do desequilíbrio entre as matrizes curriculares ofertadas pelas universidades e a real necessidade imposta no mercado de trabalho relacionada à área.

Nesse caso, as áreas mais citadas de interesse foram: Órgão Público de Turismo (27,4%); Empresa de Eventos (20,4%) e Agência de Viagem (12%). O setor de Hotelaria aparece em quinto lugar com 9%, atrás de Atrativos Turísticos Culturais, que foi a quarta área mais citada, com 10,6%.

Em suma, é essencial analisar se o estágio está cumprindo de forma eficaz seus objetivos legais, permitindo ganhos educacionais e profissionais ao estudante, conforme pondera Delgado (2015). Todas as IES, além de desenvolver as atividades previstas em lei, devem preparar os alunos para o mercado de trabalho por meio da representação da realização do estágio, tornando-se, assim, fundamental o alinhamento entre as disciplinas cursadas pelo aluno e as atividades desenvolvidas na prática.

5. Considerações finais

Diante dos resultados, é importante considerar algumas questões atuais para melhor relacionar os dados analisados. A exigência de profissionais competentes, com capacitação e habilidades requer uma avaliação do postulante para continuar se capacitando e ter uma melhor chance no mercado. A pesquisa evidenciou que os estudantes consideram o estágio fundamental para sua vida profissional, principalmente em relação à interação com diversos profissionais. Assim, possibilita-se a troca de experiência e a ampliação da visão de mercado de trabalho na área de Turismo.

O objetivo desse artigo foi analisar as expectativas dos alunos dos cursos de Turismo das faculdades públicas do Rio de Janeiro sobre os estágios realizados, relacionando os achados com a formação superior em Turismo dos universitários. Diante disso, por meio do questionário aplicado, foi possível chegar a conclusões relevantes e atingir o objetivo proposto. Entre os resultados mais relevantes está que a maioria dos respondentes destacou que a principal motivação para realizar o estágio foi adquirir aprendizado e qualificar-se profissionalmente. Logo, percebe-se que, para o estudante, essa etapa tem por grande objetivo qualificá-lo para o mercado de trabalho, assim a orientação durante seu exercício é fundamental para que essa motivação seja alcançada, pois a supervisão, alinhada às atividades desenvolvidas com as disciplinas do curso, possibilita o desenvolvimento dessa etapa do graduando. Entretanto, quase metade dos alunos declarou que não obteve orientação suficiente, demonstrando uma oportunidade de melhoria nas faculdades públicas em relação à interação do currículo acadêmico com o estágio.

Um fator positivo foi que 60% dos alunos consideraram o conteúdo ministrado em sala de aula aplicável para o estágio, todavia metade deles considera que o período acadêmico no qual o aluno passou por esse processo não era compatível com as atividades

desenvolvidas. Isso pode demonstrar que a grade curricular dessas instituições pode ser reformulada para que as disciplinas mais importantes para o estágio sejam ministradas na época em que os alunos geralmente iniciam essa atividade, principalmente a de agenciamento, que foi considerada a mais relevante para respondentes.

Por conseguinte, espera-se que essa pesquisa aprofunde o debate sobre o alinhamento entre a academia e a prática profissional no campo do Turismo. Nesse contexto, o estágio é geralmente o primeiro contato do estudante com o mercado de trabalho, tornando-se essencial para o fator de empregabilidade dos alunos. Logo, os resultados desse artigo podem auxiliar gestores públicos no aprimoramento da grade curricular dos cursos de Turismo, tanto na esfera pública como na privada.

Como limitação do estudo, destaca-se a realização da pesquisa apenas em nível estadual, uma vez que foi aplicada no estado do Rio de Janeiro apenas. Além disso, vale mencionar a não existência de um banco de dados atualizado, uma vez que se observou a falta de dados exatos sobre o número de ingressados nos cursos de Turismo e quantos realizam estágio. Outro revés é a dificuldade de se obter dados históricos de pesquisas em Turismo consolidadas, tendo em vista que o setor tem como característica ser amplo, podendo, assim, ser analisado por diversas áreas científicas. Por último, também se apresenta como limitação de pesquisa a dificuldade de execução de entrevistas qualitativas com estagiários de turismo, a fim de se alcançar ainda mais aprofundamento e novos olhares de discussões sobre o tema do estudo.

Para futuros estudos, sugere-se que seja feita a pesquisa também com as empresas para entender as expectativas delas em relação ao estagiário. Assim, propõe-se incluir a percepção dos gestores de Turismo sobre os profissionais que desejam em seus negócios, assim como quais tipos de capacidades e competências técnicas são mais relevantes atualmente. Ademais, sugerimos que a pesquisa seja feita com estagiários de Turismo em todo o Brasil, para que a temática possa ser mais bem analisada e difundida nas IESs e organizações turísticas, além de proporcionar contribuições teóricas e aplicações no âmbito do desenvolvimento prático do mercado de trabalho.

6. Referências

- Albuquerque, L. S. & Silva, E. M. (2006). Pontos positivos e negativos do estágio na formação profissional dos estudantes de ciências contábeis da cidade de Caruaru-PE. *Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 30
- Ansarah, M. G. R. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Ansarah, M. & Rejowski, M. (1996). Panorama do ensino em Turismo no Brasil: graduação e pós-graduação. *Revista Turismo em Análise*, 7(1), 36-61. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v7i1p36-61>
- Aranha, K. C.; Rocha, F. D. C. (2014). Reflexões acerca do ensino no curso superior de turismo: realidade, desafios e tendências. *Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR*, 4(2), 67-76.
- Barbetta, P. A. (2004). *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. (5. ed.) Florianópolis: Editora da UFSC.

- Barretto, M. (1996). Produção bibliográfica em Turismo no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 7(2), 93-102.
- Barretto, M. (2000). As Ciências Sociais aplicadas ao Turismo. In: C. Serrano, H. T. Bruhns, & M. T. D. P. Luchiari (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo* (pp. 17-36). Campinas: Papirus, 2000.
- Bilert, V. S. & Biscoli, F. V. (2011). Perfil dos discentes (ingressantes e concluintes) de Secretariado Executivo: um estudo comparativo nas instituições de ensino superior (IES) públicas. *Revista de Gestão e Secretariado*, 2(2), 33-57. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v2i2.54>
- Bissoli, M. A. M. A. (2002). *Estágio em Turismo e Hotelaria*. (2. ed.) São Paulo: Aleph.
- Borges, J. L. & Carnielli, B. L. (2005). Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. *Cadernos de Pesquisa*, 35(124), 113-139.
- Brasil (1982). Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 19 ago. 1982. Recuperado em: 26 jul. 2019, de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D87497.htm>.
- Brasil (1942). Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. *Diário Oficial da União*. Brasília, 09 jan. 1943. Recuperado em: 26 jul. 2019, de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>.
- Brasil (1977). Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 09 dez. 1977. Recuperado em: 26 jul. 2019, de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6494.htm>.
- Brasil (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 23 dez. 1996. Recuperado em: 26 jul. 2019, de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.
- Brasil (2008). Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. *Diário Oficial da União*. Brasília, 25 set. 2008. Recuperado em: 26 jul. 2019, de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>.
- Brasil (1967). Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Portaria nº 1002, de 06 de outubro de 1967. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1967. p. 10.161. Recuperado em: 26 jul. 2019, de: <http://www.lex.com.br/doc_3416594_portaria_n_1002_de>.
- Bryman, A. & Bell, E. (2011). *Business research methods*. (3. ed.) New York: Oxford University Press.
- Carrão, A. M. R. & Montebelo, M. I. L. (2009). Os conceitos de teoria e prática na percepção de egressos do curso de Administração. *Revista Angrad*, 10(3).
- Carvalho, M. A. (2008). Os números do ensino superior em turismo e hospitalidade no Brasil – 2001 a 2006. *Anais do Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós - Graduação em Turismo*, Belo Horizonte, BH, Brasil, 5.
- Creswell, J. W. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (2. ed.) Porto Alegre: Bookman.

- Csordas, M. (2009). *O Turismólogo como Agente Social: Limites e Possibilidades*. São Paulo: EDUC.
- Delgado, M. G. (2015). *Curso de Direito do Trabalho*. (14. ed.) São Paulo: LTr.
- Fornari, I. S. (2006). *Educação superior em turismo: o profissional de turismo frente às competências exigidas pelo mercado de trabalho do setor hoteleiro em Natal*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Hair, Jr. J., Black, W., Babin, B., & Anderson, R. (2018). *Multivariate Data Analysis* (8. ed.). UpperSaddle River: Prentice-Hall.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5. ed.) São Paulo: Atlas.
- Lima, C. L. & Barreto, L. M. T. S. (2016). Políticas e práticas de gestão de pessoas: um estudo em meios de hospedagem muito confortáveis no Rio Grande do Norte. *Revista Hospitalidade*, 13(1),143-161, ago.
- Lima, J. R. & Rejowski, M. (2011). Ensino superior em turismo no Brasil: a produção acadêmica de dissertações e teses (2000-2009). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 5(3). 406-432.
- LinkedIn; WGSN. *Futuro do trabalho*. (2018). Recuperado em: 25 nov. 2020, de <<https://www.futurodotrabalho.co/>>.
- Matias, M. (2002). *Turismo: formação e profissionalização*. São Paulo: Manole.
- Michels, E., Michels, E., Cardozo, M. A., & Ternes, M.; Matias, A. P. (2014). Gestão do ensino de cursos de Administração e Ciências Contábeis por meio do estágio supervisionado e do TCC. *Anais do Colóquio Internacional de Gestão Universitária – Cigu*, Florianópolis, SC, Brasil, 14.
- Mota, K. C. N. & Anjos, F. A. (2012). Educação superior em turismo no Brasil: análise da oferta de cursos superiores no Nordeste brasileiro pelos institutos federais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 6(1), 48-63.
- Oganauskas, D. S. N., Gomes, B. M. A., & Andrukiu, A. M. G. (2012). Bacharelado em Turismo no Brasil: história e contribuições da Universidade Federal do Paraná. *Turismo e Sociedade*, 5(2), 563-583.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005). *Glossary of Statistic Terms*. Statistics Portal. 2005. Recuperado em: 04 jul. 2019, de: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=2620>>.
- Peloso, A. C. & Yonemoto, H. W. (2010). Atração, desenvolvimento e retenção de talentos. *Etic-Encontro de Iniciação Científica*, 6(6).
- Pimentel, H. (2016). O papel da gestão de pessoas no Turismo. *Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações*, [S.l.], (4), 81-111, nov. Recuperado em 14 mar.2019, de: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/r-lego/article/view/5650>>.
- Pimentel, T. D. & De Paula, S. C. (2014). A inserção profissional no mercado de trabalho face às habilidades adquiridas na formação superior em turismo. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 2(1), 49-73.

- Rosa, L. V. C., Balsan, L. A. G., Tonin, S., & Costa, V. M. F. (2016). Trajetória de Carreira do Profissional Formado em Turismo. *Revista Rosa Dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 8(1), 1–10.
- Ruschmann, D. (2002). *Turismo no Brasil: análise e tendências*. São Paulo: Manole.
- Silva, L. A., Holanda, L. A., & Leal, S. R. (2018). Inserção Dos Turismólogos Brasileiros No Mercado de Trabalho. *Revista Turismo Em Análise*, 29(3), 506–524.
- Silva, D. L. B., Montezano, L., & Almeida, I. C. (2020). Evasão de Estudantes dos cursos de Turismo e hotelaria de uma Universidade Federal Brasileira: Motivos e Consequências. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 9(2), 177 –198.
- Silveira, C. E., Medaglia, J., & Gândara, J. M. G. (2012). Quatro décadas de Ensino Superior de Turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. *Turismo, Visão e Ação*, 14(1), 6-18.
- Silveira, C. E., Medaglia, J., & Nakatani, M. S. M. (2020). O Mercado de Trabalho Dos Egressos de Cursos Superiores Em Turismo: Comparações Dos Dados de 2012 – 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(2), 83–94.
- Sogayar, R. L. & Rejowski, M. (2011). Ensino superior em Turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. *Turismo, Visão e Ação*, 13(3), 282-298.
- Vicentim, J. M. (2020). *Empregabilidade no Turismo: Um Estudo sobre as Tendências do Novo Cenário Profissional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Watt, J. (1997). Using the Internet for quantitative survey research. *Quirk's Marketing Research Review*, (0248), jun, Recuperado em: 04 jul. 2019, de: <<https://www.quirks.com/articles/using-the-internet-for-quantitative-survey-research>>.
- Zabalza, M. A. (2015). *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. São Paulo: Cortez.